

Carta de uma prostituta à presidente Dilma Rousseff, por Monique Prada

(Opera Mundi, 11/05/2016) Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, Monique Prada, prostituta e líder do sindicato das trabalhadoras sexuais, critica o sexismo presente nos xingamentos feitos contra a mandatária: “Na imensa maioria das vezes [as ofensas] nos deixavam muito acuadas, pois usavam aquilo que para nós é ao mesmo tempo ofensa e ofício: te chamavam de prostituta”.

Em defesa da presidente, Prada ressalta as conquistas sociais obtidas nos últimos anos, como a possibilidade de ingressar no curso superior: “nossas filhas e filhos, e algumas de nós mesmas, já conseguem hoje cursar a universidade — sonho antes distante para o povo aqui da margem”.

Querida Presidenta:

(E escrevo ‘Presidenta’ bem assim, com ‘P’ maiúsculo e ‘a’ no final, Presidenta. O som gostoso dessa palavra que nunca antes tínhamos ouvido, porque nunca antes tivemos uma presidenta. O som lindo desta palavra que, para nós, passa a existir a partir de ti - embora já fizesse parte do vocabulário da língua portuguesa há décadas, nos era desconhecida. O machismo velado e o desaforo vulgar, o despeito, no tom de voz das pessoas que se negavam a usá-la. Presidenta. Talvez o maior dos legados que tu tenhas nos deixado, querida Dilma, querida Presidenta, seja mesmo este: nós, as mulheres deste país, hoje sabemos que podemos. A minha filha cresceu com uma mulher na Presidência da República, ela sabe que pode.)

Mas eu te escrevo de longe, eu te escrevo da margem. Aqui, onde políticas públicas mal chegam que não sejam aquelas com o intuito de nos salvar — justo a nós, que salvação outra não desejamos que não passe por exercer nossa atividade em paz e protegidas por um modelo de regulamentação que nos favoreça. Eu te escrevo da margem pra te contar:

nós, mulheres prostitutas - marginalizadas e estigmatizadas por uma sociedade que não nos quer à mesa ao mesmo tempo em que segue nos alimentando — nós, mulheres trabalhadoras sexuais, também nos orgulhamos de nossa presidenta. Ainda que nosso último grande avanço enquanto categoria tenha sido a inclusão do trabalho sexual na CBO sob o número 5198/05 — e isso date de mais de uma década atrás — ainda assim, tiveste nosso apoio. Por muitas vezes sentamos juntas pra te ouvir falar, compartilhamos entre nós as tuas palavras, torcemos juntas por tua vitória em 2010 e 2014. Estivemos nas ruas até aqui, e seguiremos nas ruas enquanto for possível — dessa vez não a trabalho, mas em defesa de direitos conquistados a duras penas. Nossas filhas e filhos, e algumas de nós mesmas, já conseguem hoje cursar a universidade — sonho antes distante para o povo aqui da margem. Já não se passa fome em nosso país, e 12 anos de governo popular nos provaram que era possível sim ter orgulho da nossa brasilidade. Há ainda muitos problemas, mas estávamos indo no rumo certo.

No entanto, uma elite machista, racista e asquerosa foi levantando sua voz. Hoje te condenam, e aos governos do PT, e não por aquilo que nós possamos ter considerado errado neste período. Essa elite raivosa babava e ainda baba pelos nossos acertos. Essa elite babava e te ofendia. Na imensa maioria das vezes nos deixavam muito acuadas, pois dentre essas violentas ofensas, usavam aquilo que para nós é ao mesmo tempo ofensa e ofício: te chamavam de prostituta, em suas centenas de variações semânticas. O mais torpe refúgio dos canalhas e covardes é este: agredir uma mulher utilizando-se de sua sexualidade. Não importa quem seja ela ou o que tenha feito para isso, verdadeiramente não importa: seu grande crime é ter nascido mulher, e sua sexualidade deve ser atacada para humilhá-la. É a força do estigma sendo usada como potente fator de manutenção do sistema patriarcal: “não se porte como prostituta ou será tratada como uma”. No entanto, não nos é claro como seria este comportamento — de modo que todas, todas nós, todas as mulheres, estamos sujeitas a este tipo de tratamento. Vil. Indecoroso. Violento.

Tens sido vítima diariamente e há tempos de muitas injustiças e graves agressões. E nós nos solidarizamos, e a cada dia nos fazemos mais orgulhosas de ti, por que tens suportado a tudo, forte e altiva — como uma

de nós.

Nos tempos assustadores que temos vivido, querida Dilma, e na noite sombria que parece não tardar a cair sobre nosso país, temos achado importante te dizer e repetir: também nós nos orgulhamos de ti. Da tua postura. Da tua serenidade diante 'disso tudo', serenidade que muitos homens não teriam. Tens sido ao mesmo passo inspiração e fortaleza. Da tua honestidade e franqueza também nós nos orgulhamos.

E asseguramos: estaremos juntas, haja o que houver. A luta pela democracia, a luta contra os retrocessos que ameaçam, é também uma luta nossa. Não desistiremos.

**Monique Prada é trabalhadora sexual, Co-editora do projeto mundoInvisivel.org e presidenta da CUTS (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais)*

Acesse no site de origem: [Carta de uma prostituta à presidente Dilma Rousseff, por Monique Prada \(Opera Mundi, 11/05/2016\)](#)

Dilma participa da abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

(Blog do Planalto, 10/05/2016) Não permitir retrocessos. Com este lema, três mil mulheres de todo Brasil reúnem-se para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM) de hoje (10) a quinta-feira (12), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. A cerimônia de abertura terá a participação da presidenta Dilma Rousseff. No encontro, representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal debatem avanços relacionados aos direitos das mulheres e fazem o diagnóstico das conquistas

obtidas nos últimos anos. Como resultado, serão feitas recomendações para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O processo conferencial, iniciado em junho de 2015 com as etapas preparatórias, mobilizou mais de 150 mil pessoas em torno do debate. “Estamos convictas da força e da luta das mulheres, nos mais diversos movimentos e organizações por todo o país”, afirma a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Ela ressalta, ainda, a importância do trabalho desenvolvido pela SPM ao longo desses 13 anos para garantir os direitos das mulheres.

“As ações da Secretaria são fundamentais para impulsionar, de forma definitiva, a construção de um Brasil mais justo, desenvolvido, participativo e de igualdade entre homens e mulheres”, afirma.

Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, a 4ª CNPM tem como desafio aprofundar a democracia e assegurar a consolidação das políticas já colocadas em prática. Nesta edição, mais de 2,5 mil cidades participaram de conferências municipais e intermunicipais. Todos os Estados e o DF realizaram as suas etapas estaduais. Também foram promovidas conferências livres e uma Plenária Governamental, com ministérios, secretarias e instâncias do governo federal.

Inovação democrática

A novidade desta 4ª Conferência é a realização de consultas nacionais com grupos que tradicionalmente encontram maior dificuldade de acesso e expressão nos processos convencionais de participação social. Tudo para que a diversidade das mulheres brasileiras estivesse bem representada na etapa nacional da 4ª CNPM. As seis consultas realizadas garantiram, assim, visibilidade e voz aos vários segmentos, grupos e etnias. Mulheres transexuais, ciganas, mulheres com deficiência, indígenas, quilombolas e de religião de matriz africana tiveram suas Consultas Nacionais.

Também pela primeira vez, as jovens tiveram suas demandas apresentadas em conferência específica. A I Conferência Livre de Meninas do Maranhão,

realizada em novembro de 2015, repercutiu as discussões de meninas e adolescentes sobre temas como pedofilia, abuso sexual, gênero na educação, sexualidade e violência de gênero. A pluralidade típica da cultura brasileira esteve presente em todas as etapas da 4ª CNPM. Todas convergiram na defesa de mais direitos no mundo do trabalho, no enfrentamento à violência, mais participação nos espaços políticos, nas decisões, e mais poder para as mulheres.

Acesse no site de origem: [*Dilma participa da abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres \(Blog do Planalto, 10/05/2016\)*](#)

Decreto permite uso de nome social em crachás por servidores LGBT

(O Estado de S.Paulo, 28/04/2016) *Medida é voltada para travestis e transexuais do funcionalismo público federal; decreto ainda veda uso de expressões pejorativas*

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quinta-feira, 28, um decreto que permite o uso de nome social nos crachás de trabalho por servidores LGBT do funcionalismo público federal. A medida é voltada especialmente para travestis e transexuais dos quadros civil e militar que preferem ser chamados por um prenome diferente do nome que consta em seu registro civil.

Assim, um servidor masculino pode solicitar que seu crachá inclua, além de seu nome, um prenome feminino. A informação é do secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili. “O mais importante é que esse decreto é um instrumento de cidadania, tira da invisibilidade pessoas que querem ser reconhecidas”, afirmou Sottili.

Com a mudança, os servidores poderão, a qualquer momento, pedir a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e registros dos sistemas de informações da administração pública federal. O decreto ainda veda o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a transexuais ou travestis.

Escolas. Em março do ano passado, uma resolução, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, determinou que travestis e transexuais tenham direito de usar o nome social em todas as escolas e redes de ensino do País.

Leonencio Nossa

NOTA DA REDAÇÃO - *Recebemos questionamento pela reprodução da matéria abaixo, em razão dos equívocos que reproduzem a transfobia na divulgação do decreto. A matéria, além de não evidenciar que a medida beneficiará especificamente a população trans*, e não o conjunto da população LGBT, afirma em determinado trecho que “um servidor masculino pode solicitar que seu crachá inclua, além de seu nome, um prenome feminino”. A luta pelo reconhecimento à identidade trans* e ao direito desta população ser tratada com dignidade e respeito é uma pauta cara ao Instituto Patrícia Galvão e à Agência. Acesse [aqui o decreto](#) e a [notícia divulgada na página da SDH após a nossa clipagem](#).*

Acesse no site de origem: [Decreto permite uso de nome social em crachás por servidores LGBT \(O Estado de S.Paulo, 28/04/2016\)](#)

À CNN, Dilma volta a dizer que sexismo contribuiu para

impeachment avançar

(O Estado de S. Paulo, 27/04/2016) Em entrevista à emissora americana, presidente ironizou ao afirmar que lida com homens 'fofos, educados, gentis e bondosos'.

A presidente Dilma Rousseff voltou a afirmar, nesta quarta-feira, 27, que o fato de ser mulher contribuiu para o processo de impeachment ganhar forças e rebateu as críticas de ser "uma mulher dura". Em entrevista à emissora americana CNN, a petista disse que, quando a classificam como "dura", ela responde que é "uma mulher dura, rodeada por homens fofos, educados, gentis e bondosos".

No ano passado, em entrevista ao jornal americano Washington Post, a presidente já havia mencionado sofrer preconceito por ser mulher. Na ocasião, Dilma disse ser vítima de argumentos sexistas. "Você já ouviu alguém dizer que um presidente homem se intromete em tudo? Eu nunca ouvi. Acredito haver um pouco de viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que põe o nariz onde não é chamada e sou cercada por homens fofos", ironizou a presidente à época.

À CNN, a petista disse ainda que não violou a Constituição e que "outros líderes políticos têm feito pedalas fiscais". Dilma argumentou que a baixa taxa de aprovação do governo não deveria ser motivo para o impeachment porque é "algo cíclico". "Se não fosse assim, todos os presidentes e primeiros-ministros da Europa que tiveram 20% de índice de desemprego teriam passado, inevitavelmente, por um processo de impeachment. Eles também tiveram experiência com quedas substanciais de popularidade", afirmou a presidente no vídeo.

Durante a entrevista, a correspondente da CNN Christiane Amanpour lembrou que Dilma foi eleita uma das piores líderes no mundo e tem uma taxa de popularidade "muito, muito baixa", por volta de 10%. A jornalista ainda destacou a votação expressiva na Câmara a favor do impeachment e os poucos aliados de Dilma no Congresso.

"Você acha que vai sobreviver? Você acha que vai continuar presidente ao

fim desse processo?”, perguntou a correspondente da CNN Christiane Amanpour. “Eu vou lutar para sobreviver, não apenas pelo meu mandato. Eu vou lutar porque o que eu estou defendendo são os princípios democráticos que regem a vida política no Brasil”, respondeu.

A menos de quatro meses das Olimpíadas, Dilma disse que “ficaria muito triste” se não fosse mais presidente durante o evento esportivo. Ela destacou ter ajudado “a unir esforços (para as Olimpíadas) desde o primeiro dia”. Mais uma vez, a presidente afirmou que há um “golpe”, conduzido por “políticos acusados de corrupção”, para afastá-la da Presidência.

Acesse o site de origem: [À CNN, Dilma volta a dizer que sexismo contribuiu para impeachment avançar \(O Estado de S. Paulo, 27/04/2016\)](#)

Sônia Corrêa escreve em O Globo sobre a questão do aborto

(O Globo, 27/04/2016) *Num contexto complexo de retrocessos de direitos civis e sociais há quem diga, talvez, que é secundário ou mesmo fútil prestar atenção num debate sobre aborto*

O Brasil teve prova de como a polaridade político-ideológica extrapolou seus limites no Congresso Nacional.

Leia também: [4 histórias reais de aborto compartilhadas em página que viralizou em poucas horas \(Bolsa de Mulher, 27/04/2016\)](#)

[Mulheres promovem campanha #Meuaborto nas redes sociais \(O Globo, 28/04/2016\)](#)

No último dia 17 de abril, o Brasil acompanhou ao vivo pela TV e pela internet a votação dos ilustres deputados e deputadas sobre a

admissibilidade do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Foi um espetáculo de horrores que produziu espanto em muita gente. Uma cena dantesca que revela a escala da ofensiva conservadora que hoje avassala a representatividade política, ameaçando a democracia e a laicidade.

No mesmo espaço do Congresso Nacional onde ocorreu esse episódio escandaloso e difícil de esquecer, desde o ano passado vêm sendo realizadas, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, audiências públicas para discutir a SUG 15/2014, sugestão legislativa de iniciativa popular que recebeu mais de 20 mil assinaturas e que obrigou aquela Casa a debater o tema do direito ao aborto legal e seguro.

Nas quatro audiências já realizadas o debate contou com vozes favoráveis e contra o direito ao aborto, com especialistas expondo dados e interpretações.

Estiveram ali muitas mulheres, mas também vários homens da área da medicina, antropologia, demografia, sociologia, direito e filosofia. Vozes favoráveis defenderam a SUG sob diferentes ângulos e com base em argumentos da razoabilidade democrática o direito à autonomia sexual e reprodutiva das mulheres.

Em contraste, assim como ocorreu em muitas outras ocasiões em que o tema do aborto foi discutido nos últimos 20 anos, as vozes contrárias ao direito ao aborto legal e seguro fizeram recursos a uma retórica ofensiva, acusatória e até mesmo grotesca, inclusive contra as pessoas com quem compartilhavam a mesa de debate.

Nesta quinta-feira, 28 de abril, acontecerá a última audiência pública desse ciclo de discussões sobre a proposta de legalização do aborto até a 12a semana. Nós, defensoras e defensores dos direitos sexuais e reprodutivos sabemos, de antemão, que esse poderá ser apenas mais um capítulo, em menor escala, do mesmo circo de absurdos que se assistiu no dia 17 de abril e que causou perplexidade no país, e para além de nossas fronteiras.

O mais melancólico é constatar que nessa oportunidade, como em outros debates anteriores sobre o tema, o que vai estar em jogo é a saúde e a vida

das mulheres, em sua maioria de baixa renda e com acesso precário a métodos contraceptivos ou a serviços de saúde e que são as primeiras e mais afetadas pelo açoitamento da lei penal que criminaliza o aborto no país desde 1940.

Num contexto complexo de retrocessos de direitos civis e sociais e de exposição das fragilidades democráticas do país há quem diga, talvez, que é secundário ou mesmo fútil prestar atenção num debate sobre aborto no Senado Federal. Eu mesma penso que não.

Primeiro pelo que está em jogo (a saúde, a vida e os direitos das mulheres). Mas também porque estou convencida de que foi em debates sobre aborto, sexualidade e gênero - considerados marginais e/ou desinteressantes por uma gama variada de atores e analistas políticos - que se gestou e ganhou músculos a onda regressiva que hoje ameaça a própria democracia.

Faço um convite às pessoas que se escandalizaram com as cenas da votação do impeachment para estarem de olhos bem abertos frente às telas da TV Senado no dia 28 pela manhã, para ouvir argumentos serenos, informados e razoáveis pela urgente descriminalização do aborto no Brasil.

Se não por outra razão, para poder espalhar a boa nova de que há quem se dispõe, por compromisso com a premissa inegociável da deliberação democrática de estar num espaço congressual claramente degradado, para argumentar em favor da igualdade, não discriminação e liberdade das mulheres.

***Sonia Corrêa**, pesquisadora Associada da Abia e Co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política/SPW*

Mulheres fazem manifestação

contra impeachment e idealização feminina

(Agência Brasil, 26/04/2016) Um grupo de mulheres fez uma manifestação na noite de hoje (26), na capital paulista, contra a idealização feminina e o impeachment da presidenta da República Dilma Rousseff. O ato, que ocorreu em frente ao Theatro Municipal, teve protestos contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o vice-presidente Michel Temer, e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Leia também: [Mulheres fazem ato contra machismo e o impeachment no Centro de SP \(G1/São Paulo, 26/04/2016\)](#)

“Temos ene motivos para estar aqui. Também por conta desse título, desse padrão, ‘recatada e do lar’ [usado pela revista Veja em uma matéria sobre Marcela Temer, esposa de Michel Temer]. Não é o nosso padrão, nós somos do lar e de todos os espaços, não só do lar. As mulheres tem de estar em todos os lugares e nós estamos aqui na luta para ocupar todos eles”, disse a militante Edna Ferreira.

A manifestação foi organizada pelo coletivo Marcha Mundial das Mulheres e divulgado pelas redes sociais. Ao final do ato, as ativistas seguiram em passeata pelas ruas do centro da capital até a Praça Roosevelt.

Nalu Faria, uma das coordenadoras da marcha, disse que o processo de afastamento da presidenta Dilma tem elementos patriarcais e machistas. Segundo ela, o caso de Marcela Temer mostra como parte da imprensa brasileira enxerga a mulher ideal.

“A gente viu como é essa disputa na sociedade de querer cada vez mais reimpor essa idealização do feminino sempre vinculado a ideia da submissão, da subordinação, de não ter ideias próprias, de falar baixo, de ter tudo muito milimetrado, até o tamanho do vestido, tudo muito regrado, como que deve ser a partir das imposições colocadas pelo modelo do que é ser mulher na sociedade”, disse.

A reportagem não conseguiu contato com a revista Veja na noite desta terça-feira.

Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil

Edição: Fábio Massalli

Acesse no site de origem: [Mulheres fazem manifestação contra impeachment e idealização feminina \(Agência Brasil, 26/04/2016\)](#)

Com botões de rosa, mulheres prestam solidariedade a Dilma no Planalto

(Agência Brasil, 19/04/2016) Centenas de mulheres fazem na noite de hoje (19) uma manifestação de apoio à presidenta Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. O ato começou pouco depois das 18h. De acordo com a Polícia Militar, 400 pessoas se encontravam em frente ao prédio, por volta das 19h, entoando cantos e palavras de ordem.

Leia também: [Após Bolsonaro saudar torturador, hashtag surge para lembrar mulheres que fizeram resistência à ditadura \(Catraca Livre - 19/04/2016\)](#)

Com cartazes de apoio à presidenta como “Dilma fica” e “Juntas pela democracia”, as manifestantes estão com botões de rosa de diferentes cores para, simbolicamente, oferecer à presidenta.

Um grupo de 20 mulheres será recebido por Dilma. “Eu vivi os anos de chumbo da ditadura no Rio de Janeiro e sou a favor da democracia, por isso estou aqui hoje. Eu vou dizer: ‘Dilma, estamos com você, muita força e confiança que a gente vai vencer essa batalha’”, disse Tereza Pereira, uma

representantes do grupo que irá participar do encontro com Dilma, no palácio.

Além de palavras de ordem, como “golpistas, fascistas, não passarão”, e “mulheres unidas jamais serão vencidas”, elas cantaram o Hino Nacional e um dos cânticos que costumam ser entoados em eventos de apoio a Dilma: “No meu país, eu boto fé, porque ele é governado por mulher”.

Segundo a organização do ato, a ideia surgiu nessa segunda-feira (18), após a abertura do processo de impeachment de Dilma ter sido autorizado pela Câmara dos Deputados. “A gente é de um grupo de defesa pela democracia, e ontem batendo um papo as pessoas estavam tristes, chateadas. Uma das meninas falou assim: ‘Nossa, eu queria tanto dar um abraço na Dilma’. Aí falamos em dar um abraço coletivo”, contou Cristina Moreira, uma das organizadoras.

Paulo Victor Chagas - Repórter da Agência Brasil

Acesse no site de origem: [Com botões de rosa, mulheres prestam solidariedade a Dilma no Planalto \(Agência Brasil, 19/04/2016\)](#)

Nota de repúdio à coluna assinada pelo jornalista Joaquim Mota “uma pessoa para namorar Dilma”

(Senado Federal, 08/04/2016) Vivemos um dos momentos políticos mais graves e delicados de nossa história republicana.

Em curso está um forte embate político entre diferentes correntes de opinião.

Entretanto, sem entrar neste mérito, que não cabe nesta manifestação, vimos como mulheres, parlamentares e cidadãs expor o que segue:

- a) Nossa Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º a igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- b) As manifestações misóginas, preconceituosas e a banalização da condição de mulher são ilegais, inconstitucionais e ofendem todas as mulheres brasileiras;
- c) A opinião expressa na coluna assinada pelo jornalista Joaquim Mota, na edição do dia 18 de março de 2016 do jornal Correio Popular de Campinas-SP oculta preconceito a todas as mulheres que ocupam espaços de poder, pois sugere que os problemas políticos seriam superados se houvesse “uma pessoa para namorar Dilma”;
- d) A campanha lançada nas redes sociais com a frase #LulaperdeuodedonaxotadaDilma é ofensiva, ilegal e criminosa, pois também ataca a presidente e a desqualifica como mulher;
- e) A primeira mulher eleita para o mais alto cargo político do Brasil merece a solidariedade e o apoio das parlamentares por estar sendo vítima da cultura machista e patriarcal, ainda em prática em uma sociedade na qual a irresponsabilidade civil ousa perigosamente se sobrepor aos direitos humanos;
- f) A solidariedade com a presidente Dilma Rousseff não significa que não tenhamos diferenças e divergências políticas. Significa que nossa sociedade, e nós como suas representantes eleitas, não aceitamos que haja espaço para o preconceito e vamos lutar pela manutenção de instrumentos importantes como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, fundamentais para a proteção de mulheres e meninas no mais elementar direito à vida;
- g) Ao se posicionar contra as insinuações quanto à orientação sexual da presidente, a bancada feminina do Senado Federal defende a garantia do estado democrático de direito para rebater segmentos da imprensa resistentes ao protagonismo feminino e às conquistas legais garantidas na Constituição brasileira, desde que a presidenta se encontra no pleno

exercício de suas atribuições.

Assim sendo, a bancada feminina do Senado Federal registra veemente repúdio às atitudes de desrespeito dirigidas à presidente Dilma Rousseff, que representam desserviço à democracia e à emancipação da sociedade.

Assinam:

Imarah - PCdoB - AM
Inês Arruda - PSB/BA
Ressilene - PT/PR
Regina Souza - PT-PI
Rozelaine - PT-RR
Lourdes Jansen - PSB-GO
Talma Bezerra -

Acesse no site de origem: [Nota de repúdio à coluna assinada pelo jornalista Joaquim Mota "uma pessoa para namorar Dilma" \(Senado Federal, 08/04/2016\)](#)

Dilma recebe no Planalto apoio de mulheres contra o impeachment

(G1, 07/04/2016) Convidadas são políticas e representantes de movimentos

sociais.

Na última semana, palácio vem recebendo atos em defesa da presidente.

A presidente Dilma Rousseff recebeu nesta quinta-feira (7), no Palácio do Planalto, convidadas para o “Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia”. O evento reuniu mulheres de entidades como a Marcha das Margaridas, que representa trabalhadoras da área rural, e da Central Única de Trabalhadoras (CUT).

Leia mais:

[*‘Mulheres em Defesa da Democracia’ fazem ato no Planalto \(SPM, 07/04/2016\)*](#)

[*Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia - Palácio do Planalto \(SPM, 07/04/2016\)*](#)

[*Marcia Tiburi: ‘Ataques à democracia são do nível de um estupro político’ \(Rede Brasil Atual, 07/04/2016\)*](#)

[*Dilma: ‘Não perco o controle, não perco o eixo nem a esperança, porque sou mulher’ \(Rede Brasil Atual, 07/04/2016\)*](#)

Também foram ao Planalto políticas como as ministras Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Tereza Campeo (Desenvolvimento Social), além da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

O encontro vai na linha de atos que vêm sendo organizados no Palácio do Planalto em defesa do mandato de Dilma. Na semana passada, ela recebeu juristas e artistas e intelectuais contra o impeachment e, em seguida, se encontrou com movimentos ligados à reforma agrária.

O evento desta quinta começou com gritos de “não vai ter golpe” e “no meu país eu boto fé porque ele é governado por mulher”.

Durante o ato, uma mulher vestindo uma camisa com a frase “impeachment já” se aproximou do salão e gerou protestos da plateia. Ela foi retirada pela segurança.

Poucos minutos depois de a mulher ser expulsa do evento, o mestre de cerimônias pediu “calma” e foi vaiado pelos presentes. Em seguida, a plateia entoou o grito “Machistas não passarão”.

'Pacto'

No seu discurso, a presidente Dilma citou a crise política no país, o processo de impeachment e propôs um “pacto pelo entendimento nacional”. Ela afirmou que defende o entendimento no país porque governa para todos os 204 milhões de brasileiros, não só para aqueles que votaram nela. “A intolerância e o ódio não servem ao governo responsável”, disse.

Dilma listou o que para ela são condições para o pacto. Entre os itens citados pela presidente estão o “respeito ao voto” e o fim das “pautas-bombas”, numa referência a projetos no Congresso que aumentam gastos do governo.

Desde a primeira hora, busco, busquei e buscarei consensos capazes de nos fazer superar toda e qualquer crise. Mas o entendimento ou o pacto tem como ponto de partida algumas condições: primeira, e todas as demais têm peso similar, respeito ao voto; fim das pautas- bombas no Congresso, pautas que não contribuem para o país; unidade pela aprovação de reformas; a retomada do crescimento econômico; a preservação de todos os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo povo; e a necessária e imprescindível e urgente reforma política”, afirmou a presidente.

A presidente também criticou o que chamou de “vazamentos seletivos” nas investigações das operações policiais. A presidente atribuiu esses fatos ao que classificou de “trama golpista”. Segundo Dilma, “nós poderemos ter nos próximos dias muitos vazamentos oportunistas e seletivos”.

“Eu determinei ao senhor ministro da Justiça a rigorosa apuração de responsabilidades por vazamentos, bem como tomar todas as medidas judiciais cabíveis. Passou de todos os limites, a seleção muito clara de vazamentos em nosso país”, completou a presidente.

Apoio a Dilma

Na cerimônia, a primeira mulher a discursar foi a representante da Marcha das Margaridas, Alessandra da Costa. Ela se referiu a Dilma como uma pessoa de “coração valente” e afirmou estar no evento para demonstrar “solidariedade” à presidente e a “indignação” com a “violência” que se tem visto no país.

“Estamos na rua em defesa da democracia porque é o princípio fundamental para garantir a igualdade que sonhamos para o nosso país. estamos aqui em defesa da democracia, das nossa orgnaizções sociais e sindicais. [...] Nós queremos dizer que nós envergamos jutntos, mas não quebramos. Nós mulheres não quebramo.”, declarou.

Representante do movimento Agora Que São Elas, Antônia Pellegrino afirmou que só haverá o estado de direito se houver a “plenitude das instituições”. “E é por isso que decidimos nos manifestar aqui contra a possibilidade de golpe e a favor da presidenta Dilma”, afirmou.

Na sequência, a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria, declarou ter ido ao Planalto para dizer que participa da “luta em defesa da democracia” e do governo.

“Queremos respeito a este mandato democrático eleito pelo povo e pelas mulheres. Não podemos aceitar que a Constituição deste país seja rasgada. E queremos dizer: ‘Mexeu com ela [Dilma], mexeu conosco”, afirmou.

Rito do impeachment

Atualmente, o processo de impeachment está em análise na comissão especial instalada na Câmara especificamente para analisar o pedido de afastamento de Dilma.

Nesta quarta (6), o relator, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), apresentou seu parecer pela continuidade do processo. Cabe, agora, à comissão (formada por 65 deputados) decidir se acolhe ou não o relatório. Na sequência, o plenário da Câmara deverá votar o parecer que for encaminhado pela comissão.

Nem da direita e tampouco da esquerda: machismo não pode ser tolerado, Djamila Ribeiro

(Carta Capital, 06/04/2016) Mulheres devem ser criticadas por suas ações equivocadas, mas ofensas machistas são inaceitáveis independente de a quem se dirijam

No último fim de semana, a revista Isto É fez uma capa colocando a presidenta Dilma como fora de controle, histérica, louca. Comumente esses adjetivos são atribuídos às mulheres como forma de mantê-las fora de certos espaços, uma tentativa de naturalizar opressões construídas socialmente.

Como se mulheres não pudessem ser racionais e assertivas. Mais uma faceta dessa sociedade machista. A reação à capa foi instantânea, vários grupos se posicionaram contra a tentativa de desqualificação de Dilma, e com razão. É inaceitável que mulheres sejam tratadas dessa forma, negando-nos a humanidade.

Anteontem Janaína Paschoal, conhecida como a advogada do impeachment, fez uma apresentação um tanto patética na Faculdade de Direito do Largo São Francisco num ato de opositores ao governo Dilma. A fala de Janaína, extremamente ególatra e equivocada, foi incrementada com uma quase teatralização.

E o problema não era o teatro, a questão é que foi um péssimo ato. É de impressionar que ela, advogada, e juristas ali presentes, defendam um impeachment sem base legal alguma. Mas, se tratando de Brasil, não surpreende. Com todas as críticas que se deve ter a esse governo é inadmissível alguns tipos de condutas para colocar fim a ele.

Porém, muitos dos grupos que se revoltaram contra a capa da *Isto É*, atribuíram as mesmas “qualidades” à Janaína Paschoal. Ela foi chamada de louca, histérica, desequilibrada. Dois pesos e duas medidas.

Como feminista, acredito que mulheres devem ser criticadas por suas ações equivocadas, mulheres também oprimem e como diz Beauvoir “não devem estar ao abrigo de toda crítica”. Que se chame Janaína de equivocada, mal intencionada, até mau caráter. Mas ofensas machistas são inaceitáveis independente de a quem se dirijam.

Não se pode ter seletividade quando o assunto é o combate ao machismo.

Fora isso, Janaína foi chamada de Pomba Gira num evidente desrespeito às religiões de matriz africana. Pomba gira é o arquétipo da liberdade, sensualidade, entidade muito desrespeitada e demonizada numa sociedade judaico cristã e que em nada se parece com o show de Janaína.

Pessoas que se entendem de esquerda precisam estar atentas a essas questões. Respeitar símbolos de religiões já perseguidas historicamente, que têm no racismo a base dessas perseguições, é fundamental. Não podem compactuar com visões machistas e racistas. Por qual modelo de sociedade lutam, afinal? É necessário autocrítica e disposição para a desconstrução.

Por uma esquerda verdadeiramente comprometida com as lutas feministas e antirracista.

Acesse no site de origem: [Nem da direita e tampouco da esquerda: machismo não pode ser tolerado, Djamila Ribeiro \(Carta Capital, 06/04/2016\)](#)